

APRESENTAÇÃO

Roan Costa Cordeiro, Cassiana Lopes Stephan e Benjamim Brum Neto*

*A imaginação antecede a realidade! Só que eu só sei imaginar palavras.
Eu só sei uma coisa: sou pungentemente real. E que estou na vida fotogra-
fando o sonho. Qualquer um pode sonhar acordado se não mantiver acesa
demais a consciência.
Um sopro de vida (por C. Lispector)*

A imaginação figura há muito nos cenários de pensamento da filosofia. Com papéis e roupagens variadas que têm muita história, ela chegou até nós naquelas mais modernas, nas quais aparece como faculdade que atua (quando muito) ao lado da razão. Ela é aquela personagem que exerce um papel de mediação tempo-espacial, por exemplo, sintetizando o que é recebido na sensibilidade para que as categorias do entendimento possam unificar, na forma de fenômeno, o campo da reflexão (por I. Kant e cia.). Não é pouca coisa. Tanto que, bem-sucedida, foi logo promovida a abrir espaço em “livre jogo” para a experiência estética, ampliando o escopo do juízo no confronto com o gosto e o problema do belo.

Em cenas mais contemporâneas, a imaginação figura como força que prevalece na prática da crítica, tornando-se responsável pelo distanciamento, quando não violação, do real em que a reflexividade crítica entende ser necessário intervir. Nesses casos, enquanto a reflexividade assimila o real, a imaginação o viola ou o descreia, introduzindo o possível (ou mesmo o impossível) e a contingência como horizontes. A reflexividade assume então a postura do *good cop* e a imaginação, sempre mais disposta à vilania (e quicã à coragem), atua como *bad cop*, o que significa que ambas são cruciais para a crítica ontológica do tempo presente (por M. Foucault e cia.).

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de São Paulo (USP)

Nesse desenlace do amor bandido entre a razão e a imaginação, também se abrem espaços para triangulações afetivas. Em tais *mise-en-scènes*, a imaginação, embora ainda orientada pela razão, excita e é excitada pela solidariedade encarnada, cujo enleio irrompe do estopim da desilusão psíquica e social em relação aos poderes tirânicos que invadem as instituições e até mesmo as estradas tortuosas do desejo (por J. Butler e cia.).

Ao não se restringir à participação mais ou menos bem-comportada em nossa vida do espírito, portanto, o exercício da imaginação revela um aspecto ético-político existencial incontornável de nosso próprio ser/estar em realidades compartilhadas. Nesse sentido, o imaginar realiza agora uma “ponte” entre as faculdades humanas e os acontecimentos do mundo, aqui e acolá, entre o passado e o futuro, entre atores e espectadores, que alarga horizontes e permite agir e pensar responsivamente (por H. Arendt e cia.).

Assim atuante no palco dos assuntos humanos, a imaginação mostra-se fundamental para o despertar de novas concepções éticas e políticas. O auge dos romances epistolares na Inglaterra (com Richardson) e na França (com Rousseau) do século XVIII, por exemplo, não coincidiu por acaso com a invenção dos direitos humanos. A igualdade revolucionária, malgrado suas contradições históricas, mostra-se engrenada pelo exercício imaginativo alimentado pela literatura, na qual se entrevê um outro – também um eu – para além do conhecimento de um si mesmo solitário. Exercitada mediante recursos narrativos e personagens ficcionais, a imaginação tornou visível no cotidiano a luta pela autonomia como um desejo compartilhável (por L. Hunt).

Mas há ainda roteiros filosóficos, literários e artísticos que concedem o protagonismo única e exclusivamente à imaginação, a qual é algumas vezes acionada sob o nome de “fabulação” (por Shaviri e cia.) e outras vezes de “ficção” (por O. Butler e cia.). Nessas narrativas, a imaginação corre solta, sem as chicotadas de amor ou desamor da razão. Dito de outro modo, em tais cenários, que remontam a tempos imemoriais e ressoam até nossos dias atuais, a “rainha das faculdades” (por C. Baudelaire e cia.) assume o protagonismo, confronta poderosos domínios (da ciência, da política, da metafísica) e abre novas paragens da criação humana.

Nesses casos, é a imaginação que(m) enlaça o fazer de artistas e de poetas que, subjugados a ela, trazem à tona os sonhos, as distopias e as heterotopias através de montagens míticas (entre Hesíodo, Homero, Safo, Duras, Blanchot e cia.), impressionistas (entre Monet, Manet e cia.), expressionistas (entre Munch, Van Gogh e cia.), surrealistas (entre Magritte, Artaud, Michals e cia.),

feministas (entre Lorde, Sherman, Goldin, ORLAN e cia), performistas (entre Abramović, Divine e cia) – como a lista parece ser infinita na voragem da imaginação, vamos então parar por aqui.

Somos, com efeito, incapazes de mencionar todos os papéis já executados pela imaginação no decorrer das diferentes narrativas filosóficas que compõem com maior ou menor destaque os fatos do pensamento e da cultura. Seja como for, gostaríamos de salientar que foi na via da imaginação – da imaginação que atuou com ou à revelia da razão, da imaginação que atuou sozinha sem nenhum tipo de controle racionalista – que descobrimos o caráter ficcional (ou antes narrativo) daquilo que é postulado e se postula como real ou como realizável.

A partir desse sobrevoo trans-histórico, a imaginação é um dispositivo, um artefato, uma tecnologia indispensável para nossa relação com o mundo, já que medeia nossos vínculos com a filosofia, com as artes e com a literatura. Remetemo-nos, assim, à concepção de tecnologia em sua acepção mais elementar: *tékhnē* + *lógos*. Por meio dessa acepção, concebemos a imaginação como o meio pelo qual somos capazes de costurar e descosturar a realidade que habitamos na forma de natureza e de cultura, isto é, concebemo-la como o meio pelo qual montamos, desmontamos e remontamos narrativas que escapam à tirania do individualismo. Invocamos as forças celestes e subterrâneas da imaginação em meio à devastação dos nossos sensores críticos, fadados à repetição compulsiva de comportamentos e de crenças normalizadas e normalizantes. A imaginação é o aparato coletivo que nos permite manusear histórias e linguagens de maneira a amparar tanto o diagnóstico racional do que somos e do que fazemos quanto o vislumbre poético do que poderíamos vir a ser no futuro do presente. A imaginação coloca a razão em contato com aquilo que não está ou que não parece estar sob nosso alcance: é assim que tocamos o céu e abocanhamos as nuvens, que atingimos o limite ilimitado do fundo do mar, que sustentamos paradoxos e contrassensos, que implodimos a distinção, outrora oriunda da própria imaginação, entre sanidade e loucura.

*

O dossiê temático *Sobre a imaginação: entre a ética, a estética e a política* surgiu do primeiro encontro do *Laboratório de Filosofia, Arte e Literatura: Tecnologias da Imagem*, realizado no Departamento de Filosofia da PUC-Rio, entre os dias 29 e 30 de maio de 2025. Aí recepcionados pelo prof. Pedro Duarte

de Andrade (PUC-Rio), com quem organizamos essa edição do Laboratório, buscamos então confabular sobre a imaginação sem contornar a dificuldade imposta pelo fato de que, ao mesmo tempo, operávamos com o que era o instrumento e o alvo de nossa experimentação. Nessa direção, problematizando as diferentes modulações da imaginação na filosofia, na arte e na literatura, sem deixar de transitar pelas fronteiras entre elas, prosseguiram as intervenções trazidas por nossas interlocutoras e interlocutores, cujos textos, em grande parte, compõem o dossiê, resultado do desdobramento do nosso convite a pensarmos juntos a imaginação e suas tecnologias.

Juliana de Moraes Monteiro lê criticamente a teoria da linguagem de Aristóteles, em diálogo com fenômenos e autores contemporâneos, para investigar o longo eco da alienação das mulheres da cena filosófica e política, refletida em representações que consideram a voz feminina inadequada ou desprovida de sentido. O texto de Carmel da Silva Ramos trata dos entrelaçamentos entre o sonho e a imaginação no pensamento cartesiano a partir de um curioso objeto onírico, o melão (afinal, Cartésio também sonhava, e sonhava com melões), conduzindo experimentos que iluminam a face noturna de uma das formas talvez mais diurnas do fazer filosófico. Émerson Pirola e Felipe Fortes investigam operações de corte entre imaginação e razão que, ao mobilizar de maneira diversa o legado de Spinoza em estratégias filosóficas contemporâneas, possibilitam circunscrever uma restituição do aspecto constituinte da imaginação. Rodrigo Viana Passos analisa as reflexões de Hölderlin sobre a tragédia e o trágico, situando a arte no centro da formação de uma cultura esclarecida e de uma nova configuração política compatível com um projeto nacional. O ensaio de Marco Antonio Valentim trafega por distintas obras de Walter Benjamin para analisar a questão da técnica no pensamento do filósofo, a qual é investigada a partir do conceito de “natureza”. O artigo de Maria Tereza Muñoz considera o vínculo constitutivo entre imaginação e política para caracterizar o que denomina como “princípio político do comum”, noção em que desenvolve os aspectos plurais e coletivos do “princípio do começar” arendtiano, agregando-lhe a concreção dos afetos. Também em diálogo com Hannah Arendt, e também com Adriana Cavarero, Roan Costa Cordeiro analisa o papel existencial da imaginação e da falta de imaginação por meio de uma releitura de Karen Blixen, ressaltando o vínculo entre a imaginação, a narração e o acontecimento. O estudo de Wellington Santos Pires aborda o papel fundamental que a imaginação desempenha no pensamento de Paul Ricœur, cuja leitura enfatiza não apenas a trama entre a linguagem, a ação e o mundo, mas o surgimento da própria novidade nesse

arranjo. Por sua vez, Benjamim Brum Neto debruça-se sobre a querela entre Yan Thomas e Pierre Legendre para pensar duas operações distintas de caracterização (antropológica) do direito: uma, thomasiana, que o concebe como técnica num sentido compatível e dependente da imaginação; e outra, legendriana, em que se afirma, ao revés, um dogmatismo do simbólico.

O estudo de Gisele Batista Candido propõe uma leitura filosófico-literária da obra de Fernando Pessoa a partir da metáfora cosmológica do sol e do buraco negro, polos distintos que animam a dinâmica do desassossego na arquitetura heteronímica. Inspirada na leitura que Gilles Deleuze faz de *Bartleby*, de Herman Melville, Nathália Terra desloca a imaginação da projeção mental de futuros para pensá-la como procedimento de linguagem, assumindo a fórmula “eu preferiria não” como operador ético-político capaz de desestabilizar a gramática imperativa do discurso pedagógico. Rafael Zacca Fernandes conjura, em seu ensaio, a imaginação vivente que está em jogo nos poemas de Mariana Godoy e Leonardo Gandolfi que lidam com a morte, diante da qual se conjuram fantasmas que atravessam criativamente, o desaparecimento e o luto. Denise Narli da Silveira propõe uma releitura da fragilidade humana não como fraqueza, mas como potência ética, estética e política, apresentando a imaginação como expressão dessa potência enquanto categoria que articula a sensibilidade com a criação e com a liberdade. O artigo de Marcelo Massucatto passeia entre os itinerários da psicanálise lacaniana e da esquizoanálise, lançando mão de encontros pessoais com os falatórios de Stella do Patrocínio e com a Pombagira Dama da Noite, remetida ao conto homônimo de Caio Fernando Abreu.

Hugo José de Carvalho Vedovato argumenta que a suposta oposição entre razão e imaginação é uma construção falaciosa, propondo pensá-las como polos de um mesmo contínuo cognitivo, que opera de modo interligado desde os substratos neurais mais básicos até as fases mais avançadas do pensamento de alta performance. O artigo de Angela Luzia Miranda e Ana Flávia Félix da Costa parte do conceito de cosmotécnica(s), mobilizando Yuk Hui, Deleuze e Guattari para discutir a possibilidade de imaginar novas formas de vida e futuros possíveis a partir da relação com as tecnologias digitais. Hernán Gabriel Borisonik propõe o conceito de “desimaginação” para enfrentar criticamente a atual captura capitalista da imaginação, contra a qual mobiliza alianças de pensamento para situar o aspecto político daquela capacidade como campo de disputas. Matheus Henrique da Mota Ferreira explora uma irradiação tecnológico-imaginativa em jogo no “método difraccional” de Donna Haraway, cujas operações são resgatadas de maneira a se destacar o aspecto gerador de

organizações especulativa e fabulativamente “monstruosas”. Por fim, Cecilia Cavalieri propõe em seu ensaio uma filosofia eruptiva e encarnada que toma a feminação como forma vital e princípio especulativo de pensamento. A partir da relação entre o menos-que-humano e o mais-que-material, reivindica uma crítica à razão moderna e falocêntrica.

*

A seção *Varia* finaliza o volume 58 com uma entrevista inédita, dois artigos e duas resenhas. A entrevista é conduzida por Thiago Dias com a filósofa italiana Adriana Cavarero, cuja obra apenas recentemente tem despertado interesse no Brasil, apesar de contar com célebres leitoras e interlocutoras da gama de Judith Butler e de Elena Ferrante. A conversa percorre suas bases filosóficas, o peso da inflexão arendtiana na sua trajetória, o diálogo com o feminismo e a teoria de gênero, a crítica à noção moderna de sujeito e a sua leitura de Clarice Lispector, entre outros temas e questões. O artigo de Clarisse de Souza e Edgar Lyra corresponde à apresentação que fizeram no lançamento, no Vaticano, do livro *Artificial intelligence and the care for our common home*, o qual integram com um capítulo. Os autores discutem os riscos da IA generativa a partir de uma perspectiva transdisciplinar e argumentam sobre a importância das universidades nesse debate. O artigo de Felipe Ceppas investiga as relações entre antropofagia e sexualidade na Grécia Antiga, lendo a *História da sexualidade* de Michel Foucault em diálogo contrastivo com os helenistas Jean-Pierre Vernant e Marcel Detienne. As duas últimas contribuições são as resenhas de Vitor Milione e de Bruna Mello. Vitor Milione resenhou a tradução comentada do *Fédon* de Platão (Penguin/Companhia das Letras, 2025) realizada por Gabriele Cornelli, destacando sua contribuição para os estudos platônicos no Brasil e recomendando-a tanto a especialistas quanto a leitores em busca de uma edição acessível e rigorosa. Bruna Mello resenhou o livro de Josiana Barbosa Andrade intitulado *Um retorno à filosofia de Simone de Beauvoir: gênese e estrutura* (Editora PUC-Rio/Sagarana, 2024), no qual se ressalta a autenticidade do pensamento beauvoiriano em contraponto com as leituras que o reduzem tanto a uma aplicação do existencialismo sartriano quanto às suas contribuições feministas.

Agradecendo à equipe da revista *O que nos faz pensar*, cujo zelo nos entregou este volume, desejamos ao público uma boa leitura!